



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

ANEXO DO CONTRATO

**ANEXO III – CLÁUSULAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS E DIRETRIZES NA
CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 – DOS PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	2
SEÇÃO 2 – IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	4
SEÇÃO 3 – ATRIBUIÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	4
SEÇÃO 4 – RELAÇÃO COM AS PARTES	6
SEÇÃO 5 – PRODUTOS DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	6



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

1. DOS PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

1.1 O VERIFICADOR INDEPENDENTE constitui-se em pessoa jurídica de direito privado que comprove total independência e imparcialidade face à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE.

1.2 O VERIFICADOR INDEPENDENTE será selecionado pelo PODER CONCEDENTE e contratado, sob o regime privado, pela CONCESSIONÁRIA, a quem competirá arcar integralmente com os respectivos custos da contratação.

1.3 O prazo para contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE será definido no respectivo CONTRATO que rege a CONCESSÃO, incluídos os respectivos ANEXOS.

1.4 A CONCESSIONÁRIA deverá, na forma estabelecida no CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, elaborar e submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE minuta do contrato a ser celebrado com o VERIFICADOR INDEPENDENTE.

1.5 A minuta de contrato citada no item 1.4 deverá conter as seguintes cláusulas mínimas obrigatórias:

- I. O objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO;
- II. O objeto da contratação;
- III. A descrição detalhada das atividades a serem desenvolvidas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE;
- IV. Os relatórios a serem entregues e os respectivos prazos;
- V. Duração do contrato;
- VI. Percentual máximo de subcontratação dos serviços;
- VII. Condições de sigilo e de propriedade das informações;
- VIII. Sanções para o descumprimento de prazos na prestação de informações;
- IX. Relacionamento com o Contratante e com o PODER CONCEDENTE.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

1.6 A minuta de contrato deverá conter a seguinte cláusula: o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá atuar com independência e imparcialidade. A avaliação, por parte da Contratante, dos serviços prestados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE se restringirá a observância dos seus aspectos formais, tais como, apresentação em formato adequado, no prazo avençado, subscrito por pessoa competente, dentre outros. Eventuais discordâncias quanto ao conteúdo produzido pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE serão dirimidas no âmbito da CONCESSÃO que deu causa à contratação, conforme previsto nas cláusulas 35 e 36 do CONTRATO, se for o caso, não ensejando a aplicação de qualquer penalidade contratual, nem tampouco desqualificará a continuidade da prestação dos serviços.

1.7 A minuta de contrato, após aprovada pelo PODER CONCEDENTE, deverá ser encaminhada pela CONCESSIONÁRIA para apresentação de propostas por, no mínimo, três empresas.

1.8 As propostas entregues pelas empresas pré-selecionadas serão avaliadas pelo PODER CONCEDENTE, assessorado pela Unidade de Parcerias Público-Privadas do Estado do Espírito Santo.

1.9 A avaliação e a seleção da proposta dos participantes do processo será realizada observando-se, cumulativamente, os seguintes critérios:

- I. Atendimento aos parâmetros estabelecidos na minuta de CONTRATO; e
- II. Experiência e qualificação compatível com o objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO.

1.10 O PODER CONCEDENTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo:

- I. Solicitar das participantes da seleção informações adicionais para ratificar ou complementar sua proposta; e
- II. Excluir da seleção empresas que possivelmente tenham interesses conflituosos com a prestação dos serviços, de modo a comprometer sua independência e imparcialidade.

1.11 A proposta vencedora da seleção realizada pelo PODER CONCEDENTE será encaminhada à CONCESSIONÁRIA para que realize a contratação.

1.12 Caso a CONCESSIONÁRIA não contrate o VERIFICADOR INDEPENDENTE selecionado pelo PODER CONCEDENTE ou não atenda aos prazos estabelecidos

Avenida João Batista Parra, 600, Edifício Aureliano Hoffman, 11º andar, Enseada do Suá,
Vitória/ES, CEP: 29.050-375 | CNPJ: 08.750.791/0001-89 | Tel.: (27) 3636-8001



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

para tanto, a mesma estará sujeita às penalidades previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO.

1.13 A vigência do contrato celebrado com o VERIFICADOR INDEPENDENTE está limitada a três anos, não sendo permitida sua prorrogação.

1.14 Em até seis meses antes do advento da rescisão do contrato celebrado com o VERIFICADOR INDEPENDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá iniciar procedimento de seleção de novo VERIFICADOR INDEPENDENTE, mediante submissão de minuta de contrato para aprovação do PODER CONCEDENTE.

1.15 Quando da contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, a CONCESSIONÁRIA fará constar no contrato a obrigação do VERIFICADOR INDEPENDENTE atender integralmente ao disposto no CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO.

2. IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

2.1. Não poderá ser contratado como VERIFICADOR INDEPENDENTE as seguintes pessoas jurídicas:

- I. Impedidas ou suspensas de contratar com a Administração Pública;
- II. Cujos sócios tenham participação direta ou indireta na administração ou no quadro societário da CONCESSIONÁRIA;
- III. Que possuam contrato vigente com a CONCESSIONÁRIA, ainda que com objeto diverso; e
- IV. Que, de alguma forma, possam ter sua independência e imparcialidade comprometidas.

3. ATRIBUIÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

3.1 São atribuições do VERIFICADOR INDEPENDENTE aquelas previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, sem prejuízo de outras eventualmente atribuídas no contrato específico com a CONCESSIONÁRIA.

3.2 O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá monitorar os resultados da



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

execução da CONCESSÃO e validar os dados obtidos, além de proceder a pesquisas e levantamentos, quando necessário, conforme definido no CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO.

II.2.1 A atividade de monitoramento deverá produzir ativo substancial para a melhoria dos processos de aferição, pois somente assim se terá visão completa e concreta da situação do projeto.

3.3 Os resultados do monitoramento devem indicar ou sugerir o aumento ou diminuição da periodicidade de aferição, mudanças necessárias no processo de quantificação e apuração dos indicadores de desempenho ou quaisquer outras observações mais benéficas ao processo.

3.4 O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá validar todos os dados técnicos e econômico-financeiros dos pedidos de revisão ordinária e extraordinária, conforme definido no CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO.

3.5 O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá analisar o cenário que originou a reivindicação frente aos termos contratuais que se aplicam ao pleito, gerando, ao final, um parecer técnico.

3.5.1 O parecer técnico deverá dar suporte à análise econômico-financeira, na qual o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá avaliar e dimensionar, caso exista, o impacto econômico-financeiro do pleito no projeto.

3.6 O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá recomendar os parâmetros para a recomposição econômico-financeira do CONTRATO ou para ajuste no valor da contraprestação, consolidando os resultados de suas análises em relatório técnico-financeiro.

3.7 A CONCESSIONÁRIA deverá garantir ao VERIFICADOR INDEPENDENTE por ela contratado o acesso ininterrupto e irrestrito às instalações, aos documentos e aos sistemas de acompanhamento e monitoramento dos serviços.

3.8 O VERIFICADOR INDEPENDENTE atuará, também, na validação das especificações nos procedimentos de aquisição dos BENS e no recebimento das OBRAS, conforme estipulado no CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO.

3.9 O contrato celebrado com o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá prever prazos para cumprimento de suas obrigações compatíveis com os prazos existentes no CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, prevendo sanções para as eventuais violações, de multas a rescisão do contrato por inadimplemento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

4. RELAÇÃO COM AS PARTES

4.1 A fim de conferir independência técnica das análises e conteúdos produzidos pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE:

- I. Todos os documentos, relatórios, manuais, análises e estudos produzidos pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, ainda que em versões preliminares, deverão ser produzidos em duas vias e entregues, concomitantemente, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE.
- II. Para aqueles serviços em que o VERIFICADOR INDEPENDENTE atuar mediante demanda, tanto a CONCESSIONÁRIA quanto o PODER CONCEDENTE poderão requerer formalmente sua prestação, devendo o VERIFICADOR INDEPENDENTE cientificar a outra parte de imediato.
- III. O VERIFICADOR INDEPENDENTE goza de total independência técnica para realização dos serviços contratados, sendo que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo do seu trabalho não ensejarão a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos sobre sua remuneração.

5. PRODUTOS DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

5.1 O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar relatório detalhado com os resultados dos trabalhos realizados e, sempre que couber, conterá as seguintes informações:

- I. Confrontação dos resultados apurados com aqueles produzidos pela CONCESSIONÁRIA e apontamento de possíveis causas para as divergências;
- II. Fontes das informações e dados utilizados no relatório;
- III. Memórias de cálculo;
- IV. Indicação de procedimentos para melhorar o acompanhamento e a fiscalização do CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO;
- V. Indicação de falhas porventura cometidas pela CONCESSIONÁRIA;
- VI. Nome da empresa e equipe técnica responsável pela confecção do relatório; e

Avenida João Batista Parra, 600, Edifício Aureliano Hoffman, 11º andar, Enseada do Suá,
Vitória/ES, CEP: 29.050-375 | CNPJ: 08.750.791/0001-89 | Tel.: (27) 3636-8001



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

VII. Outras informações que entender relevantes.

5.2 O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá criar um painel, via web, para acompanhar os indicadores da parceria, o qual conterà: visualização dos indicadores de desempenho com faixas de normalidade e alerta de desvios, cálculo automático da contraprestação e apresentação de relatórios e gráficos.